



Relatório - Missão de Interesse do CAU/BR

1. LOCAL E DATA:

DATA:	05 E 06 DE SETEMBRO DE 2018
EVENTO	ARQUITETURA E URBANISMO: DA FORMAÇÃO A ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL
LOCAL:	HOTEL NOVOTEL SÃO PAULO JARAGUÁ CONVENTIONS Rua Martins Fontes, 71, Centro, São Paulo / SP
NOME	CONSELHEIRO FERNANDO MÁRCIO

2. REPRESENTAÇÃO:

Conselheiro Federal Membro, da Comissão de Exercício Profissional – CEP CAU/BR

3. ESCOPO/HISTÓRICO:

Seminário Colégio de Entidades de Arquitetura e Urbanismo
Tema: ARQUITETURA E URBANISMO: DA FORMAÇÃO A ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL

4. PRINCIPAIS PARTICIPANTES:

LUCIANO GUIMARÃES – Presidente CAU/BR.
NIVALDO ANDRADE – Presidente IAB/DN E COORDENADOR DO CEAU
JOSÉ ROBERTO GERALDINE JUNIOR – Presidente CAU/SP
JOÃO CARLOS CORREIA – Presidente ABEA
EDISON LOPES – Presidente AsBEA
LUCIANA SCHENK – Presidente ABAP
CICERO ALVAREZ – Presidente FNA
BEATRIZ VICENTIN GONÇALVES – Diretoria FENEA – Relatora Evento
LANA JUBÉ – Coordenadora CEP CAU/BR – Relatora Evento

JENNER DE MORAIS (Secretário Executivo Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas)

FERNANDO COSTA (Professor da UFRN do Curso de Arquitetura e Urbanismo e Conselheiro Federal CAU/BR de 2012 a 2017)

ANTÔNIO PERREIRA DO NASCIMENTO (Auditor Fiscal do Trabalho / SRTB/SP)

ANDREA PANE (Professor da Universidade de Nápoles / Itália)

ANA PAULA FARAH (Professora PUC / Campinas-SP)

FABIANO DE MELO DUARTE ROCHA (Vice-Presidente IAB/DN)

PIERINA PIEMONTE (Coordenadora do GT Corporativo da ASBEA)

ANDRÉ POPOVIC (Presidente ABEDESIGN / Arquiteto e Urbanista)

ALESSANDRO FILLA (Arquiteto e Urbanista / UFPR)

ANDRÉ GRAZIANO (Arquiteto e Urbanista / USP)

DELCIMAR MARQUES TEODÓZIO (Arquiteto e Urbanista)

MARIA ERMELINA BROSCH MALATESTA (Arquiteto e Urbanista – MACKENZIE)

ELEONORA LISBOA MASCIA (Vice-Presidente FNA)

GONÇALO CANTO MUNIZ (PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA)



LÚCIO GOMES MACHADO (Arquiteto e Urbanista USP)
JOÃO CARLOS CORREIA (Presidente ABEA).

5. OBJETIVOS:

Representando a CEP CAU/BR no seminário.

6. PROGRAMAÇÃO:

1º Dia - 05 de setembro

9h - Mesa de Abertura:

LUCIANO GUIMARÃES – Presidente CAU/BR.

NIVALDO ANDRADE – Presidente IAB/DN E COORDENADOR DO CEAU

JOSÉ ROBERTO GERALDINE JUNIOR – Presidente CAU/SP

JOÃO CARLOS CORREIA – Presidente ABEA

EDISON LOPES – Presidente AsBEA

LUCIANA SCHENK – Presidente ABAP

CICERO ALVAREZ – Presidente FNA

BEATRIZ VICENTIN GONÇALVES – Diretoria FENEA – Relatora Evento

LANA JUBÉ – Coordenadora CEP CAU/BR – Relatora Evento

9h30 - Palestra 1: PROFISSÕES REGULAMENTADAS E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Palestrante: JENNER DE MORAIS

10h15 - Palestra 2: DA FORMAÇÃO ÀS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAL – OS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

Palestrante: FERNANDO COSTA

11h - Debatedor: ANTÔNIO PERREIRA DO NASCIMENTO

12h – Intervalo para o almoço

14h - Mesa 01: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARTÍSTICO

Palestrante 1: ANDREA PANE

Palestrante 2: ANA PAULA FARAH

15h - Debatedor: FABIANO DE MELO DUARTE ROCHA

15h45 - Mesa 2: ARQUITETURA DE INTERIORES – PAINEL: “CONCORRÊNCIA COM VALOR”

Palestrante 1: PIERINA PIEMONTE

Palestrante 2: ANDRÉ POPOVIC

16h45 - Debatedor: EDISON LOPES

17h30 - Encerramento

2º Dia - 06 de setembro

9h - Mesa 3: ARQUITETURA PAISAGÍSTICA

Palestrante 1: ALESSANDRO FILLA

Palestrante 2: ANDRÉ GRAZIANO

10h - Debatedora: LUCIANA SCHENK

10h45 - Mesa 4: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Palestrante 1: DELCIMAR MARQUES TEODÓZIO (ARQUITETA E URBANISTA)

Palestrante 2: MARIA ERMELINA BROSCH MALATESTA

11h45 - Debatedora: ELEONORA LISBOA MASCIA



12h30 – Intervalo para o almoço

14h - Mesa 5: PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Palestrante 1: GONÇALO CANTO MUNIZ

Palestrante 2: LÚCIO GOMES MACHADO

15h - Debatedor: JOÃO CARLOS CORREIA.

15h45 – Intervalo

16h15 - Apresentação Relato-Síntese de cada Mesa

Relatoras Gerais: BEATRIZ VICENTIN GONÇALVES e MARIA ELIANA JUBÉ RIBEIRO

17h30 - Encerramento

7. RELATO:

O seminário buscou trazer temas relevantes ao momento em que discutimos nossas atribuições, e procurou trazer pessoas qualificadas para enriquecer o debate, todos enfocando formação e atribuições das diversas áreas de atuação de arquitetos e urbanistas, e buscaram esclarecer a relação entre a formação educacional nas universidades e o que é dado em atribuição profissional.

No seminário tivemos uma discussão interdisciplinar com outras formações, promovendo um debate ampliado sobre a regulamentação profissional em outros campos de atuação, como relatou Jenner de Moraes, mostrando a experiência de atuação no Fórum de Conselhos Federais. Também relatou que existem no Brasil 258 profissões regulamentadas, e que são três as vertentes da regulamentação: social, profissional e institucional.

Social é a regulamentação necessária para permitir a abertura de pessoa jurídica ou o trabalho como autônomo, a inscrição e contribuição previdenciária.

Profissional é a regulamentação que visa a segurança da pessoa, do patrimônio público ou privado e da sociedade. Foca em atividades que requerem a vigilância do Estado contra maus profissionais na proteção da sociedade através dos Conselhos Profissionais.

Institucional é a regulamentação necessária para o cumprimento de atividades de competência do Estado:

- Agentes Comunitários de Saúde
- Fiscais Públicos
- Forças Policiais
- Forças Armadas

Fernando Costa fez sua palestra sobre Os Campos de Atuação do Arquiteto e Urbanista, e iniciou sua apresentação fazendo um histórico da regulamentação do ensino e exercício de AU no Brasil. Citou em especial a resolução Confea 1010/2005, que definiu os campos de atuação da profissão quando ainda estávamos no antigo conselho, e que serviu como base para as resoluções do CAU/BR, criado a partir da lei 12.378/2010.

Ele também falou sobre a evolução do currículo dos cursos de arquitetura e urbanismo no país, e da Diretriz Curricular. A apresentação foi importante para se ter uma impressão geral sobre a formação e atuação dos AU no Brasil.

Mesa 1 tratou do Patrimônio histórico, cultural e artístico, com a apresentação de Andréa Pane, com o tema “A formação e a prática do arquiteto na Itália em particular referimento ao patrimônio cultural”. Até 1920, a formação do arquiteto na Itália poderia seguir dois caminhos: a Academia de Belas Artes e a Escola de Engenharia. Começando em 1875, Boito estabeleceu uma Escola de Arquitetura no Politecnico di Milano, em colaboração com a Accademia di Brera, o primeiro experimento em uma formação mista técnica e artística para o arquiteto.



Segundo o Relatório da Comissão para as Escolas de Arquitetura, em AACAR, Anuário MCMVI-MCMVII, 1908, Giovannoni expõe o que é necessário ao arquiteto:

- Uma preparação artística completa que familiarize os meios com que o pensamento artístico pode moldar e desenvolver nele a imaginação e o sentido de equilíbrio e proporções necessárias na composição;
- Uma preparação técnica comparável, apesar de estar num campo mais restrito, do que a dos engenheiros civis; ou seja, para que o arquiteto está ciente das razões para a existência de regras estáticas e sabe como resolver os vários problemas de construção que, se você sair dos tipos usuais modesto e mais antigos de edifícios e adotar métodos de construção e materiais modernos moderna, apresentar-se a qualquer momento;
- Uma cultura geral vasta e variada e uma faculdade para saber como estudar por si só que só pode ser dada por uma escola secundária;
- Um conhecimento bem fundamentado da História da Arquitetura e da Arte, que o torna familiarizado com o espírito de nossos períodos artísticos que antecederam o nosso.

Andrea faz um histórico da formação, e mostra o início da Scuole di Specializzazione in Restauro in Italia a partir de 1958 até os dias atuais. Também explicou mais detalhadamente da escola de Nápoli, em especial o curso de teoria e história do restauro dessa faculdade.

“Il restauro costituisce il momento metodologico del
riconoscimento dell’opera d’arte, nella sua
consistenza fisica, e nella
sua duplice polarità estetica e storica, in vista della sua
trasmissione al futuro”.
(C. Brandi, 1963)

Falou também do Decreto do Presidente da República, 5 de junho de 2001, n. 328, segue um trecho traduzido:

Alterações e adições às exigências dos regulamentos para a admissão ao exame de Estado e testes relacionados para o exercício de determinadas profissões e participates, disciplina das jurisdições relevantes

Art. 15 (Secções e títulos profissionais)

1. A associação profissional de arquitetos, que tomou o nome de "Ordem de arquitetos, urbanistas, arquitectos paisagistas e conservadores" são determinadas partes A e B.
2. A Seção A é dividida nos seguintes setores:
 - a) arquitetura;
 - b) planejamento territorial;
 - c) paisagismo;
 - d) conservação de bens arquitetônicos e ambientais.
3. Os membros da secção A têm direito às seguintes qualificações profissionais:
 - a) o título de arquiteto pertence aos membros do setor de "arquitetura";
 - b) os membros do setor "planejamento territorial" têm o título de planejador territorial;
 - c) o título de paisagista pertence ao setor "paisagismo";
 - d) os membros do setor "conservação do patrimônio arquitetônico e ambiental" têm o título de conservador de patrimônio arquitetônico e ambiental.
4. A secção B está dividida nos seguintes setores:
 - a) arquitetura;
 - b) planejamento.
5. As seguintes qualificações profissionais são devidas aos membros da seção B:
 - a) os membros do setor de "arquitetura" têm direito ao maior arquiteto;
 - b) o título de planejador señor pertence aos membros do setor de "planejamento".
6. A inscrição no cadastro profissional é acompanhada dos termos: "Seção A - setor de arquitetura", "Seção A - setor de planejamento territorial", "Seção A - setor de paisagem", "Seção A - setor de



preservação do patrimônio arquitetônico e ambiental ", " Seção B - setor de arquitetura ", " Seção B - setor de planejamento ".

Art. 16 (Atividades profissionais)

1. Constituem objeto da atividade profissional dos associados na seção A - setor de "arquitetura", nos termos e para os fins do disposto no artigo 1º, parágrafo 2º, permanecendo inalteradas as reservas e atribuições já estabelecidas pela legislação em vigor, as atividades já estabelecido pelas atuais regulamentações nacionais e europeias para a profissão de arquiteto, e em particular aquelas envolvendo o uso de metodologias avançadas, inovadoras ou experimentais.

2. Constituem o tema da atividade profissional dos membros na seção A - setor "planejamento territorial":
a) planejamento do território, da paisagem, do meio ambiente e da cidade; b) o desenvolvimento e coordenação de análises complexas e especializadas de estruturas urbanas, territoriais, paisagísticas e ambientais, a coordenação e gestão de atividades de avaliação ambiental e a viabilidade de planos e projetos urbanos e territoriais; c) estratégias, políticas e projetos de transformação urbana e territorial.

Por fim, Andrea explicou o curso de teoria e história do restauro e laboratório de restauro de arquitetura que ele ministra, e do conceitos que adota, a tradução do italiano não é das melhores, mas entende-se o sentido:

“Restauro é qualquer intervenção que proponha o objetivo de permanência ao longo do tempo, porém relativo, da consistência física do material bom recebido como legado da história, que pode ser garantida a preservação de todos os seus equipamentos e componentes em um uso ativo (preferencialmente este último ainda original ou pelo menos de alta compatibilidade e consumo mínimo), a ser perseguido através de novos insumos adequados e calculados (funcional, vegetal-tecnológico, moveleiro), tendo em vista sua plena transmissão em eficiência para o futuro ". (Marco Dezzi Bardeschi, 2005)

Na mesa 2, sobre arquitetura de interiores, um painel sobre “Concorrência com valor”, apresentado por Pierina Piemonte e André Popovic, e apesar de achar o tema deslocado do contexto do seminário, foi interessante conhecer a campanha desenvolvida pela Associação Brasileira de Empresas de Design, que acredita que a livre concorrência é positiva e fundamental para a construção, melhora e crescimento do setor, e no respeito às diferenças individuais.

A campanha busca promover um rito igualitário ente o design e o mercado, com critérios que garantam o bem comum. Um processo não só de escritórios, agências, indústria e fornecedores saiam ganhando, mas um esforço compartilhado que reverta essencialmente em valor percebido para o consumidor, o cidadão e a sociedade.

O segundo dia (Mesa 3) iniciou com um questionamento sobre como a sociedade percebe o paisagismo? A sociedade ainda confunde com jardinagem. O pensamento do Alessandro Filla é que se faz necessários algumas reflexões para uma melhoria do conceito de Paisagismo perante a sociedade, como: aumento de carga horária das disciplinas da área, integrar a disciplina com outros campos de conhecimento, maior investimento em pesquisa e extensão sobre temas pertinentes ao campo.

A partir de uma melhor formação, buscar estratégias que possam trazer à sociedade um maior esclarecimento e importância da profissão, sugerindo uma mudança no título da profissão: arquiteto, urbanista e paisagista.

André Graziano em sua apresentação pontuou que não podemos pensar o Paisagismo isolado do contexto, o que me pareceu um tanto óbvio, mas segue o pensamento do palestrante anterior, e acrescentou que a formação continuada é o caminho, o que concordo plenamente, pois é difícil englobar todo esse conhecimento em um currículo mínimo universitário, sem falar do avanço contínuo do conhecimento e tecnologias.



Luciana Schenk pontuou que a arquitetura da paisagem precisa ser entendida como conhecimento e reconhecimento do patrimônio natural, que ao passar por uma intervenção resulta em um patrimônio cultural.

Na mesa 4, sobre Planejamento Urbano e Regional, Delcimar Marques afirmou que o Urbanismo como disciplina é conceitual e discute o “Direito à Cidade”, e deve buscar soluções para questões de ocupação territorial nos quesitos de moradia, mobilidade, espaços públicos e infraestrutura. Deu exemplo com a experiência prática exitosa que tem implementado, em conjunto com áreas distintas do conhecimento, de integrar as disciplinas não mais pelo debate e projeto pedagógico, mas em torno de um projeto comum para a cidade.

Maria Ermelina falou do papel do arquiteto nas políticas de mobilidade ativa e o futuro das cidades, e trouxe uma discussão sobre a urbanização acelerada do planeta, onde 85% da população vive nas cidades, e é extremamente necessário se pensar na sustentabilidade nos espaços públicos, em particular os de mobilidade, e como interferem na ocupação física do espaço, e moldam as relações entre os cidadãos. Ela define cidades compactas como humanas e sustentáveis exigem a adoção de soluções de urbanização que valorizem os deslocamentos do pedestre, da bicicleta, e dos transportes públicos nesta ordem, o que se conceitua por rede de mobilidade ativa com ações de distribuição de entornos autossuficientes e projetos de espaços urbanos de mobilidade com infraestruturas adequadas.

Foi feito um breve histórico da evolução da bicicleta, onde citou que a primeira que foi documentada foi desenvolvida por um discípulo de Leonardo da Vinci, Giacomo Caprotti, datado de 1490 mas só descoberto em 1966 por monges italianos. Também se tem notícia da bicicleta idealizada pelo inventor Lu Ban na China há mais de 2.500 anos atrás.

Na mesa 5, Gonçalo Canto falou sobre o direito ao projeto de arquitetura, a função social do projeto de arquitetura e o projeto de arquitetura participativo. Traçou um perfil histórico em Portugal do partilhamento do projeto de arquitetura com os engenheiros, em 2009 este direito é reconhecido por lei e pela sociedade, momento em que os profissionais de projeção e mesmo os desconhecidos da mídia e do grande público passam a ser valorizados e divulgados.

Com relação a formação, ele fala que o arquiteto transita entre o artístico e o técnico, uma formação complexa que exige maior compreensão da realidade para atuação. Destacou que o EAD é uma realidade, que deve ser explorado seu potencial, porém a condição de seu êxito é não ser massificado.

Lúcio Gomes fala de equívocos que foram naturalizados, e um deles é que os arquitetos fazem projeto, e engenheiros fazem obras. O outro é que o aumento do número de escolas iria valorizar a profissão, e ainda levou a uma redução da carga-horária e do conhecimento. Fez um levantamento histórico do conhecimento da arquitetura passando por Vitruvius, Grécia e os modernistas, destacando a formação e atuação do arquiteto ao atuar em projetos de monumentos e/ou de caráter excepcional, onde se exige uma compreensão da história como forma de marcar a identidade do lugar.

João Carlos destacou o momento político de discussão e reformulação das diretrizes curriculares proposta pela ABEA a serem inseridas no projeto político pedagógico, e o enfrentamento do Ensino a Distância.

Por fim, as relatoras Lana Jubé e Beatriz Vicentin fizeram o relato dos pontos mais relevantes do seminário e alguns pontos foram acrescentados e alterados por sugestão da platéia.

**8. CONCLUSÃO:**

O seminário apresentou uma leitura multidisciplinar da profissão, abordando a formação como indutor de atribuição profissional, sendo bem relevante a participação de convidados externos, e de fora do país, nos trazendo um pouco da visão do que ocorre em Portugal e Itália.

A impressão que fiquei é que estamos discutindo com nós mesmos, e que precisamos ampliar esse debate com outros conselhos e profissionais, para que enfim possamos chegar em algum lugar.

Brasília, 10 de outubro de 2018.

Fernando Márcio de Oliveira
Conselheiro Federal CAU/BR (Sergipe)
Membro da Comissão de Exercício Profissional